

# humanitas

**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

## DITOS E SENTENÇAS DE QUINHENTISTAS PORTUGUESES

Os «Ditos e Sentenças de Quinhentistas Portugueses» de que hoje (1) vou ocupar-me encontram-se em três manuscritos, pelo menos, dois dos quais em Lisboa e outro no Rio de Janeiro. Os de Lisboa estão o primeiro na biblioteca da Academia das Ciências (Azul, 120) onde tem o título de «Ditos Portuguezes dignos de memoria colleccionados pelo Marquez de Marialva»; e o segundo pertence à Biblioteca Nacional de Lisboa onde tem por título: «Dittos Portuguezes Dignos de Memoria. Nam tem este Livro nome de Autor, mas pello que delle se colhe existia no tempo de El Rey Dom João o 3.º, e de El Rey Dom Sebastião seu netto». (Ms. 666). Uma nota a lápis remete para a página 457 onde, com a mesma letra, o copista escreveu: «Meu tio frei Vasco», seguindo-se um episódio de pouco interesse.

Finalmente, o manuscrito do Rio de Janeiro, encontra-se na Biblioteca Nacional e, ao contrário das muitas preciosidades impressas que lá se podem ver, levadas por D. João VI, não pertenceu a Barbosa Machado. Mas teve entre os seus possuidores um nome famoso na História da Universidade de Coimbra e na História da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva. Chama-se o manuscrito «Ditos de Reis, Infantes e Pessoas Ilustres de Portugal». (I-14-3-7).

Os ditos e sentenças que nestes três manuscritos se encontram são quase os mesmos, embora por ordem diferente; e, com ligeiras variantes, têm a mesma redacção. Outra característica comum é a de que alcançam o reinado de D. Sebastião, mas não conhecem a derrota e morte do rei em Alcácer-Quibir, a 4 de Agosto de 1578.

Encontrei o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, há muitos anos, mas a sua recordação ficou perdida em um dos meus

---

(1) Comunicação apresentada à Associação Portuguesa de Estudos Clássicos em 20 de Abril de 1978.

cadernos de notas. Não assim o da Academia das Ciências, cuja lembrança era mais próxima e me permitiu reconhecer o da Biblioteca Nacional do Rio, logo que principiei a folheá-lo.

Publiquei em *Humanitas*, XXVII-XXVIII (1975-76), «duas anedotas camonianas», usando o texto do Rio de Janeiro. Essas mesmas anedotas foram publicadas pelo Dr. José Hermano Saraiva, no seu livro recente *Elementos para uma nova biografia de Camões* (Lisboa, 1978), pelo manuscrito da Biblioteca Nacional. Em troca de correspondência que se seguiu ao recebimento do livro do Dr. Saraiva, tive ocasião de revelar-lhe a existência do manuscrito que se encontra no Brasil e dar-lhe a respectiva cota, e ele a oportunidade de lembrar-me o da Biblioteca Nacional de Lisboa, que, aliás, eu já conhecia.

Como o Dr. José Hermano Saraiva está em vias de publicar uma edição dos *Ditos e Sentenças*, deixo-lhe o encargo de se ocupar da autoria e transmissão dos manuscritos que não interessa ao meu propósito.

A experiência que tenho do ambiente da corte portuguesa no final do século xv e ao longo do século xvi, colhida de numerosas leituras, em latim e em português, faz-me aceitar a veracidade ou, pelo menos, a verosimilhança de grande parte dos ditos e sentenças que se encontram nos três manuscritos. Também, decerto, assim pensava Alexandre Herculano que aproveitou muitos deles como anedotas históricas, não assinadas, publicando-as no *Panorama*. À maneira do seu tempo, Herculano omitiu a fonte.

Devo ainda informar que muitas se encontram resumidas num manuscrito da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (MS. 1104).

A leitura dos três manuscritos, a saber, os dois de Lisboa e o do Rio, tem grande interesse para um historiador do Humanismo e da Cultura dos séculos xv e xvi.

Começaremos, por isso, com a própria palavra «humanista», cuja data de entrada na língua portuguesa não está perfeitamente averiguada. A história que vou ler passa-se com D. Jorge, filho bastardo de D. João II e de D. Ana de Mendoza ou Mendonça. D. Jorge de Lencastre ou o Senhor D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago e duque de Coimbra, é muito meu conhecido, pois foi para o educar em Humanidades que Cataldo Sículo veio de Bolonha para Portugal. Pormenores das relações de D. Jorge com o mestre podem ler-se nos meus *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.

Mas vamos à palavra *humanista*:

«Vindo a Setuual hum Pregador nouo disse o mestre ahum criado seu, de que tinha bom conseito queo fosse ouuir porque elle ão queria ouuilo sem saber prim.<sup>o</sup> sua sufficiencia; eo criado que se chamava Alvaro Pestana depois que o ouuio disse ao mestre que pregaua honestam.<sup>te</sup> e era bom humanista; ido o Alvaro Pestana perguntou hum de dous criados ao mestre que cousa era ser humanista? e elle querendo lhe responder vio dar de cotouelo ao outro, e enfadandosse disselhe sabeis que cousa he ser humanista? Que ão perderaõ nada os que estam por vir em vos outros o nam saberdes» (Rio, p. 58).

Eis aqui uma história cheia de humanidade, a respeito da palavra «humanista». Com efeito, para D. Jorge, duque de Coimbra, ter encarregado Álvaro Pestana de avaliar o pregador, devia Pestana ser letrado. E a resposta que lhe traz assim o prova. A palavra «humanista» dá no gotto a dois moços que ouviam a conversa e um deles quer saber-lhe o significado. O mestre e duque, «magister et dux», dispõe-se a esclarecê-lo, mas ao ver o gesto de cumplicidade de um dos rapazes fica desconfiado de que estão a desfrutá-lo. E apesar de grande senhor, não se irrita em termos descompostos, mas diz aquelas palavras modelares de autodomínio, de mistura com algum desdém intelectual. D. Jorge, nascido em 1481, faleceu em 1550. Esta anedota mostra que a palavra humanista (3) era corrente antes do meado do século XVI, embora não acessível a todos. Tinha, porém, um conteúdo mais explícito do que hoje, quando há quem a faça sinónima de «humanitário» e sabe Deus quantas coisas mais.

Depois de uma pequena história sobre o que é ser humanista, conto agora três casos sucedidos a um humanista. É ele Lucius Andreas Resendius ou, portuguêsmente falando, André de Resende.

(2) Não creio, todavia, que se trate do poeta do *Cancioneiro Geral*, Álvaro de Brito Pestana, pois este «era falecido antes de 23 de Maio de 1500». Cf. A. J. Costa Pimpão, *Idade Média*, 2.<sup>a</sup> edição revista, Coimbra, 1959, p. 348.

(3) Até agora, a data indicada como a mais antiga da sua ocorrência tem sido 1572, ano em que foi publicada a *Imagem da Vida Cristã* de Frei Heitor Pinto. Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, 21967, s.v. «humanista». Mas não creio que a palavra tenha vindo do francês, como traz J. P. Machado.

Na anedota anterior falava-se da ignorância de dois jovens criados do duque de Coimbra. Agora, a ignorância é mais grave, é a ignorância dos frades. Aliás, para muitos humanistas ser frade e ser ignorante era quase a mesma coisa. Isso aconteceu lá fora com Erasmo, cá dentro com André de Resende e, como já era de esperar, com Cataldo Parisio. Na sua defesa das Humanidades Clássicas, escrita antes de 21 de Fevereiro de 1500, o seu principal alvo é a ignorância humanística dos «theologiculi», os frades teólogos de meia-tigela (4).

É claro que o frade tradicional para os humanistas é o mais conspícuo símbolo da barbárie gótica. Mas não esqueçamos que os inovadores, os acusadores do frade tacanho, são também frades. Tais eram, afinal, Erasmo e André de Resende.

Mas apresentemos a primeira história do humanista eborense:

«Falecendo a May de Mestre Andre em Evora mandouse enterrar em hum most.<sup>ro</sup> de frades de hũa certa ordem a q̃ tinha deuaçaõ eo f.<sup>o</sup> comprando hũa pedra m.<sup>to</sup> fermosa mandou esculpir nella hum letreiro q̃ lhe fez em verso latino, eno fim delle sinco letras que por huns pontinhos que as diuidiam significauam serem letras por p.<sup>te</sup> Depois desta campa assentada começaram alguns homens curiosos, e doctos avir vela por ser o letreiro em verso excelente e de compositor tam raro poeta como he notorio, e m.<sup>tos</sup> delles o tresladauam; vindo o Prior a enfa-darse com a frequencia da gente que aisto acodia, mandou picar o letreiro, e Mestre Andre sabendoo foise queixar a elle, e cõrrendo a pratica preguntoulhe o Prior do Most.<sup>o</sup> que queriam dizer assinco letras as quaes eram estas. H.M.H.N.S. e Mestre Andre que estaua em extremo menencorio, respondeulhe, Hi Monachi Haec Non Sciunt, eo Prior tornandolhe aisto que por

---

(4) Cf. *Cataldi epistole et orationes quedam*, Lisboa, 1500, fol. i vj. Uma pequena biografia do humanista pode ler-se no artigo que escrevi para *Verbo: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17, Lisboa, 1975, colunas 46-47. A legenda da gravura dos *Poemata Cataldi*, publicada nesse artigo, está errada e não é da minha responsabilidade. Em vez do que lá está, deve ler-se «Lisboa, s.d.». Também na coluna 46 (quinta linha a contar do fim) a data é 1509 e não 1505, como lá figura.

Acrescente-se à bibliografia citada nesse artigo o livro seguinte: *Cataldo Parisio Sículo — Duas Orações. Prólogo, tradução e notas de Maria Margarida Brandão Gomes da Silva. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1974.

isso lhe mandara picar oletreiro; dicelhe Mestre Andre, Pois naõ querem dizer isto, senaõ; Hoc Monumentum Haeredes Non Sequentur. Eindose dali agastado mandouo citar mas o Cardeal D. Enrique fez com elle q̃ naõ fosse com o neg.º por diante, e deixou a demanda.» (Rio, pp. 487-488).

Esta história precisa de alguns esclarecimentos e, só por si, daria um desses pequenos artigos ou notas de leitura que, com frequência, se encontram nas revistas estrangeiras de Filologia Clássica.

Em primeiro lugar, talvez pareça estranha aquela expressão, logo no começo da narrativa: «Falecendo a May ... mandouse enterrar». Note-se «may» a forma antiga sem nasalção; depois, reparemos no «se» da forma verbal «mandouse»: interpretado como pronome indefinido «alguém (não mencionado) a mandou enterrar»; interpretado como pronome reflexo «foi a mãe que, ela própria, decidiu antecipadamente como havia de ser o seu enterro».

Tudo isto parece estranho, pela omissão de Mestre André que, aliás, sabemos ter sido dedicadíssimo a sua mãe, viúva desde muito jovem. Como é sabido, antes de usar o prenome de *Lucius*, tirado do nome de Santa Luzia (5), dia do seu nascimento, e escolhido pelas alusões a «lux», nele contidas, usava André de Resende o prenome humanístico de Angelus, em homenagem a Ângela Leonor Vaz, sua mãe.

Que fazia na altura da morte da sua progenitora o humanista? Pois, estava fora de Portugal, e esta circunstância junta veracidade à anedota. André de Resende encontrava-se em Paris em 1527 e o convento, cuja ignorância o narrador da anedota houve por bem não revelar, era o de São Domingos.

Francisco Leitão Ferreira nas *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra*, 2.<sup>a</sup> Parte, volume III, tomo I (pp. 91-92), impressas pela primeira vez em 1944, por iniciativa do Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, traz a inscrição do epitáfio, onde as letras finais não são as da anedota. Mas é possível que a diferença do texto se destine a desautorizar a narrativa pitoresca, desfavorável aos dominicanos.

Também Leitão Ferreira cita a respeito do enterro da mãe de Resende um trecho da *Vida de Frei Pedro Porteiro*, por onde se conclui

---

(5) Cf. «Lucius Andreas Resendius. Porquê Lucius?», separata de *Humanitas*, XXI-XXII, Coimbra, 1970.

que era vontade de Ângela Leonor ser sepultada no convento de São Domingos. Iguualmente por esse trecho ficamos a saber que Resende só regressa a Portugal seis anos mais tarde, em 1533. Deve ter sido então que se passou o incidente com a inscrição epigráfica.

Diogo Mendes de Vasconcelos já não viu o epitáfio gravado, mas encontrou-o nuns papéis de Resende, depois da morte deste. De Diogo Mendes de Vasconcelos passou o epitáfio a Leitão Ferreira. Ora é possível que as letras finais da pedra não coincidissem com as do apontamento de Resende, pois nada nos garante que tenha sido aquele mesmo epitáfio o gravado no túmulo.

A inscrição H.M.H.N.S. pertencia à tradição romana, mesmo literária, como poderia facilmente exemplificar (6). Mas não quero desviar-me dos «ditos» de pessoas célebres que venho apresentando.

Concluirei a presença de Resende com mais duas saborosas anedotas:

«Mestre Andre de Rezende estando em euora, donde era n.<sup>al</sup> vendo hũa tarde passar p.<sup>la</sup> sua porta dous seus amigos preguntoulhes onde hiam, eelles responderamlhe que hiam ao Most.<sup>o</sup> de S. D.<sup>os</sup> ouuir huma disputa que os P.<sup>es</sup> auiam de ter, e Mestre Andre dicelhes; Por vida vossa que leueis conuusco aminha negra que ma disputeis la». (Rio, p. 487).

Este pequeno caso, se bem reparam, é depreciativo em relação aos frades de São Domingos, a ordem religiosa a que Mestre André pertenceu e onde sua mãe quis ser enterrada. O humanista considera uma discussão intelectual entre os dominicanos coisa de nível pouco elevado e propõe como tema uma escrava negra, de cujos serviços não estava certamente satisfeito. Penso que não seria aquela de quem o humanista, sensível às fraquezas da carne, teve um filho a quem deixou em testamento parte dos seus bens.

De fins de 1533 em diante, como sabemos pelas indagações de Leitão Ferreira (*op. cit.*, pp. 97 e segs.), Mestre André estava autorizado a residir fora do convento e isento «por bulla do Papa Clemente Septimo, anno undecimo, com facultade de poder dar et testar cousas e bões por minha industria adquiridas, et per derradeiro dellas fazer

---

(6) Por exemplo, com Petrónio, *Satyricon*, 71, 7.



testamento, et has lexar a quem quisesse», segundo declara no seu testamento (*Ibidem*, p. 97).

O terceiro dito resendiano tem sabor patriótico e é uma resposta dada a um espanhol, gente por quem o nosso nunca morreu de amores:

«Dizendo hum Castelhana a Mestre Andre de Rezende que os Portuguezes não eram mais de seis, dos quais [dous] andavam em demandas, e dous estavam presos nas cadeas, e dous queriam conquistar o mundo, dicelhe Mestre Andre; Pois que fizeram se todos seis quiseram conquistar o mundo» (Rio, p. 487).

Tratemos agora de outra figura literária do século XVI, de quem os manuscritos contam um comentário pitoresco e referem uma outra história que pode também dizer-lhe respeito.

Trata-se de ninguém menos que Gil Vicente, homem que gostava de divertir-se, mesmo fora do seu teatro:

«Gil Viçente cuidando q̃ por bom poeta podia entender de tudo, quis sustentar hũa opiniaõ na fizica contra opareçer de hum fizico delRey Castelhana, ao qual disse q̃ se callasse, q̃ naõ sabia q̃ couza era fizica. Agastandose o fizico, respondeulhe q̃ sy sabia, porq̃ hauia quarenta annos q̃ era doctor nella, disselhe Gil Viçente, q̃ pois assy era, q̃ lhe declarasse q̃ couza era fizica? E odoctor respondeulhe q̃ era curar as doencas com saber, e experiencias. Tornoulhe Gil Viçente. Vedes D.<sup>tor</sup> cuidais q̃ sabeis? pois naõ he essa. Afizica he amulher do fizico». (ACL, pp. 325-326).

D. Carolina Michaëlis, em *Notas Vicentinas*, discute uma outra anedota que anda também nestas colectâneas manuscritas:

«Contentandose elRej m.<sup>to</sup> de huma comedia, q̃ lhe representou hum grande poeta daquellê tempo em portugues, chamou, e praticando com elle dicelhe, q̃ se fora latino, houuera de ser grandissimo homem, e o poeta respondeolhe, q̃ m.<sup>to</sup> mayor fora se fora rico; e porq̃ o poeta era sobejam.<sup>te</sup> amigo de vinho, tornou-lhe elRej: e muito mayor, se as uvas se recolheraõ em agraco» (BNL, p. 5).

D. Carolina, que recebeu a anedota de Teófilo Braga, cita-a no capítulo das *Notas Vicentinas* em que trata de «Gil Vicente — o Lati-

nista» (7), para se indignar com a grosseria do soberano, embora acentue a inverosimilhança do conto. Curiosamente, não comenta aquilo que seria a informação mais pitoresca, contida no episódio, a de que o poeta gostava de vinho, circunstância, aliás, que nada tem de derogatório nem surpreenderia muito no autor do «Pranto de Maria Parda». Terá sido o testamento da velha beberona lisboeta que lhe arranjou tal fama?

Aliás, nenhuma das três versões que conheço refere o nome do poeta. Este foi sugerido por Teófilo e D. Carolina Michaëlis não o rebate na identificação. E se realmente a grande romanista contesta a verosimilhança da história, o certo é que a aproveita habilmente para aumentar a credibilidade da tese que defende, a saber, a de que Gil Vicente não era humanista nem sequer latinista. Tive ocasião (8) de mostrar há anos que, aceitando embora que o poeta não é humanista, todavia creio que sabia mais latim do que D. Carolina pensava.

Quanto à grosseria de D. Manuel, o seu procedimento não me surpreende. Há nas anedotas quinhentistas muitas histórias comprovativas da frieza com que tratava os homens que o serviam, aproveitando-se deles, para os humilhar a seguir. A verdade é que nestes apotegmas quinhentistas, seu filho D. João, o malsinado D. João III dos nossos dias, é tratado com mais respeito, e até com mais simpatia do que seu pai, D. Manuel o Venturoso.

Uma das razões do meu interesse por esta colecção de comentários da vida quinhentista nacional está na surpresa de lá encontrar muitas das personagens de Cataldo Parisio Sículo, quer das que ocorrem nos poemas quer das que se encontram na correspondência.

Cataldo não era grande poeta. O humanista siciliano alinhava hexâmetros e pentâmetros dactílicos metricamente correctos, mas a inspiração poética não o bafejava muitas vezes. Todavia, os seus versos contêm valiosas informações sobre pessoas e coisas do seu tempo que se não encontram em outros, tão pouco inspirados como ele e infinitamente mais maçadores e menos interessantes.

Iniciei a presente palestra com uma personagem cataldina, D. Jorge de Lencastre, «magister et dux», filho bastardo de D. João II. A ele voltarei mais tarde.

---

(7) Edição da revista 'Ocidente', Lisboa, 1949, pp. 223-224.

(8) *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969, pp. 159-173 e 181-183.

Agora ocupar-me-ei de outro figurante do círculo da alta nobreza lusitana em que se movia D. Jorge. Trata-se de D. Martinho Castelo-Branco que o rei D. Manuel fez conde de Vila Nova de Portimão. Era conhecido abreviadamente por conde de Vila Nova e é com esse título que figura em «Um auto de Gil Vicente» de Almeida Garrett.

Em 1974, uma das licenciadas do Seminário de Latim, a Dr.<sup>a</sup> Dulce da Cruz Vieira, publicou, com a minha colaboração, o poema de Cataldo, *Martinho, Verdadeiro Salomão* que tem como personagem central o conde de Vila Nova.

O título de *Verdadeiro Salomão* — *Verus Salomon Martinus* é elucidativo das qualidades de equilíbrio e prudência que o Sículo via em D. Martinho. Esta é uma história da juventude do *Verus Salomon*:

«D. Martinho de Castelbranco, q̃ depois foi conde de Villa Noua e vedor da faz.<sup>da</sup> delRej, e governador da caza do ciuel, sendo soltr.<sup>o</sup> soube Gonçalo Vaz de Castelbranco, seu pai q̃ tinha huns amores, pouco honrosos, e reprimendolho huma, e mais vezes, chegou a couza a deixarem de falar por isso hum com o outro; e hum velho honrado chamado Diogo Alueres, grande amigo do pay topando o filho em hũa rua, disselhe S.<sup>or</sup> D. Martinho por q̃ não falais a uosso paj? e elle respondeolhe; D.<sup>o</sup> Alūs, por q̃ me aconselha bem» (BNL, p. 188)

Outra história de D. Martinho:

«O mesmo conde dizia, q̃ todo o homem hauia de fazer mais por adquirir homens com brandura, e amizades, q̃ dr.<sup>o</sup> por acontecerem cousas, p.<sup>a</sup> q̃ muitas uezes naõ bastaua a hum homem, ter dr.<sup>o</sup>, e bastaua ter amigos. falecendolhe ao conde o seu f.<sup>o</sup> morgado, e fazendo por elle grande pranto, foraõno uisitar huns fidalgos, e hum delles disselhe, q̃ se consolasse com o S.<sup>or</sup> D. Francisco q̃ illustraria aquella caza com seu valor, e prudencia, com q̃ faria esquecer a morte do por quem estaua triste, eo conde respondeolhe; O S.<sup>or</sup> q̃ receo m.<sup>to</sup> q̃ a aspera, e desconuersauel condiçãõ desse moço lhe cauze nasceremlhe maluas a porta» (BNL, p. 188).

Ambas as anedotas confirmam quanto Cataldo nos diz de D. Martinho Castelo-Branco, na longa carta ao conde de Alcoutim, quando lhe mandou o poema *Verus Salomon Martinus* e no próprio poema.

Também a morte do seu primogénito está documentada em Cataldo que dedicou a D. Gonçalo Castelo Branco o poema *Angelorum et Musarum Triumphus Gonsaluo Martini Filio Congratulantium* que se encontra manuscrito na Biblioteca Municipal de Évora. No livro *Estudos Camonianos* comentei este título.

É curioso notar que nos versos de Cataldo se conta como, estando presente, entre os que consolavam D. Martinho pela morte do filho, o rei D. Manuel, este dissertou largamente sobre a educação da gente nova.

O tema da conversa era natural nas circunstâncias. D. Martinho, aliás, não ficava desprovido de filhos, pois sua mulher D. Mécia de Noronha, lhe dera cinco rapazes e oito raparigas. E, coisa rara na época, quase todos atingiram a idade adulta. Quanto ao receio formulado por D. Martinho sobre o futuro do filho segundo, certamente entenderam o que ele queria dizer: as malvas nasceriam à porta como planta daninha, pois ninguém as pisaria para ir visitar D. Francisco. Afinal, parece que a previsão não se realizou, pois D. Francisco de Castelo-Branco foi camareiro-mor de D. João III, herdando as funções do pai, quando este morreu em 1527. Mas é possível que a anedota fosse recordada a propósito de qualquer dificuldade de temperamento de D. Francisco.

No livro que publiquei com a Dr.<sup>a</sup> Dulce Vieira trato das relações familiares de D. Martinho. Aqui lembrarei apenas que sua mulher, D. Mécia, era parente da casa de Vila Real, família em que veio a casar uma das suas filhas, D. Maria de Noronha, com D. Nuno Álvares, irmão do 3.<sup>o</sup> marquês, D. Pedro.

De passagem, lembrarei também que um dos genros do conde de Vila Nova de Portimão foi João Rodrigues de Sá de Meneses (9), o poeta do Cancioneiro Geral e humanista, autor do *Liber de Platano*, pois casou em 1510 com D. Camila de Noronha, filha do conde.

(9) Cf. *Cataldo Parisio Siculo — Martinho, Verdadeiro Salomão. Prólogo, tradução e notas de Dulce da Cruz Vieira. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho*. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1974, pp. 9-29; e A. Costa Ramalho, «A Idade de João Rodrigues de Sá de Meneses», *Humanitas* XXI-XXII, Coimbra, 1969-70, pp. 414-416.

O filho mais velho de D. Martinho chamava-se Gonçalo, como seu avô. Deste é o dito de que «não havia maior prazer q̄ ter hospedes, pelo contentamento que davã quando se hiã» (BNL, p. 179).

Outra das personagens de Cataldo, muito falada nestes apotegmas do século XVI, é o 3.º marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses. Foi, com sua irmã D. Leonor de Noronha, o aluno predilecto do humanista e a D. Pedro de Meneses são dirigidas mais cartas de Cataldo do que a qualquer outro correspondente.

Também dele nos deixou o Sículo uma glorificação em verso, na *Visio Tertia* ou *Terceira Visão* em que D. Pedro, então ainda conde de Alcoutim, é exaltado como um modelo de fidalgo renascentista, perfeito nos exercícios do corpo e do espírito: campeão destro e generoso para com o adversário no jogo das canas, espécie de torneio simulado a cavalo. Toureiro hábil: frente ao toiro que afugentava os outros lidadores, D. Pedro mata-o de uma estocada certa. É bom dançarino, bom tocador de harpa, bom cantor. E prudente como Catão, eloquente como Cícero.

Aos 12 anos, em 1499, deu uma lição pública de Retórica na Universidade de Lisboa. Aos 17, em 1504, pronunciou a oração solene da abertura da Universidade, perante o rei D. Manuel. Tudo isto, naturalmente, em latim, língua em que também fazia versos. A *oratio* chegou até nós.

Da *Visio Tertia* me ocupei no trabalho «A Introdução do Humanismo em Portugal», saído em *Humanitas* XXIII-XXIV (1971-72). Tudo quanto Cataldo dele escreveu nos primeiros anos do século XVI foi confirmado mais tarde pela sua vida.

Gil Vicente fala do jovem conde com simpatia nas «Orações dos Grandes de Portugal a Nossa Senhora, depois de enterrado El-Rei» D. Manuel, em 1521. Era então D. Pedro ainda conde de Alcoutim. E igualmente no «Romance ... que fez quando foi levantado por rei D. João o Terceiro, de gloriosa memória».

A propósito: neste romance, chama o comediógrafo a D. Martinho Castelo-Branco, conde de Vila Nova, de que atrás falámos, «Este senhor mui prudente», confirmando Cataldo e as duas anedotas que apresentei.

Voltando, porém, a D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim. Na *Frágua de Amor*, «representada na festa do desposório» de D. João III com a rainha D. Catarina, em Évora, em 1525, era já D. Pedro mar-

quês de Vila Real, ao pagem que traz «recado do Senhor Marquês» responde Cupido:

Dizid a su señoria  
 que no le haze menester  
 ni le quiero deshazer  
 porque mi sabedoria  
 otro tal no puede hazer.  
 Dezid que no le faltoo  
 nunca perfeccion ninguna,  
 que la prospera fortuna  
 reynava quando el nacio,  
 y lo amoo dende la cuna.  
 Y pues lo hizo Anibal  
 cauallero tan famoso,  
 s' yo refundir lo oso,  
 como se haraa otro tal.

(*Copilaçam*, fol. clv, v.º)

A referência a Aníbal justifica-se pela sua actividade militar em Ceuta, de 1512 a 1517, cidade que pertencia à família e de que era governador. Aliás, foi em Ceuta que D. Pedro nasceu em 1487, quando seu pai D. Fernando governava a cidade.

Por uma confusão lamentável, há quem o tenha feito candidato a professor de Teologia da Universidade de Lisboa, em 1517, altura em que se encontrava em Ceuta, confundindo-o com outro do mesmo nome.

Mas voltemos ao nosso D. Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, e à sua carreira pública.

A 30 de Janeiro de 1526, partiu de Lisboa, presidindo à embaixada que havia de entregar a Infanta D. Isabel, irmã de D. João III, a seu marido, o imperador Carlos V da Alemanha ou Carlos I de Espanha. A correspondência do Marquês com D. João III foi publicada por Braamcamp Freire e é interessantíssima.

Escrevendo ao soberano, dá-lhe impressões do futuro cunhado a quem acha um flamengo sovina, cuja sobriedade e modéstia nas despesas escandalizam o faustoso Marquês. Não surpreende, por isso, que D. Pedro de Meneses tenha ficado arruinado nessa embaixada, em que os seus gastos estiveram acima das possibilidades económicas.

E o rei, em apuros constantes de dinheiro, nunca o recompensou, nem sequer com o título de duque a que D. Pedro e toda a família aspiravam, há muito.

As anedotas relativas ao marquês de Vila Real andam todas à volta de questões de dinheiro.

Vejamos uma delas:

«Depois que Dom P.<sup>o</sup> de Menezes Marques de V.<sup>a</sup> Real vejo de Castella onde fora com a emperatriz D. Isabel em m.<sup>tos</sup> annos nam se pode desempenhar do m.<sup>to</sup> que na ida gastou e porq̃ por este resp.<sup>to</sup> pagaua mal deu motiuo a algumas pessoas dizerem graças e motes disto que delle sabiam. Vindo hũ bom cantor de Cast.<sup>a</sup> quizerao o Marques para a sua Capp.<sup>a</sup> e desconsertaraõse no preço; Perguntado o Marques por hum seu cappellão que lho inculcara porque não aceitara o cantor, e elle respondolhe q̃ pedia m.<sup>to</sup> dr.<sup>o</sup> disselhe o Cappelam; tomeo V. S. e depois paguelhe como a mim» (Rio, pp. 452-453).

Nas histórias referentes ao Marquês, intervêm com frequência o pagamento da toalha de D. João III, Fernão Cardoso, homem engraçado, cujos comentários faziam rir o soberano.

Fernão Cardoso foi personagem das *Lendas e Narrativas*, na versão original de «O Bispo Negro», publicada em *O Panorama*, vol. III (1839), com o título de «O Cronista» (10).

É Fernão Cardoso que aconselha um cerieiro, que emprestara dinheiro ao Marquês e conseguira reavê-lo, a não lho emprestar de novo, e que intervêm em outros casos de dívidas, sempre contra o marquês:

«Devendo D. P.<sup>o</sup> de Menezes Marques de V.<sup>a</sup> Real sincoenta mil rs ahum cerieiro, mandoulhe fazer hũa Prouisão para o seu Almozarife das Lezirias lhos pagar em ceuada, eo almox.<sup>e</sup> dice ao Cerieiro que já aquelle anno não podia ser que tinha aceitado outras Prouizoens para que nam bastaua a nouidade que hauia; e tornando-se o cerieiro ao Marques rogoulhe elle que esperasse

---

(10) Este conto, misto de «lenda» e de «narrativa», foi reproduzido na 2.<sup>a</sup> edição, organizada por Vitorino Nemésio e António C. Lucas, de *Alexandre Herculano, Lendas e Narrativas*, tomo II, Lisboa, 1970, pp. 281-315.

té o anno seguinte; andando este cerieiro enfadado, contou esta farça a fernam Cardoso que era seu compadre e elle preguntoulhe se lhe ficara ainda em caza algum dr.<sup>o</sup>, eo compadre respondeulhe que sim. Disselhe fernam Cardoso; Pois assoalhajo, e defumajo com hum pouco de alecrim, e auossa m.<sup>er</sup> e f.<sup>os</sup> e dai muitas graças a Deus porque nunca o Marques deu por caza que deixasse cão, nem gato» (Rio, p. 179).

As dificuldades económicas do Marquês de Vila Real tinham passado a provérbio e seria fastidioso enumerar aqui todas as referências que a elas se fazem nestas anedotas quinhentistas.

Por isso, pergunto a mim mesmo se não terá alguma coisa que ver com ele o fidalgo da *Farsa dos Almocreves*, representada em Coimbra, em 1527, segundo Braamcamp Freire, isto é, no ano seguinte ao da embaixada em que D. Pedro de Meneses se endividou.

Como diz a didascália da peça vicentina: «O fundamento desta farsa é que um fidalgo de muito pouca renda usava muito estado e tinha capelão seu e ourives seu e outros officiais, aos quais nunca pagava».

Já vimos que o Marquês quisera contratar um cantor que pedia muito dinheiro e que o seu capelão o aconselhara ironicamente: «tomeo Vossa Senhoria e paguelhe como a mim», isto é, não lhe pague.

Nas anedotas quinhentistas não aparece um ourives, mas há vários cerieiros, todos credores do fidalgo. E o capelão é também uma personagem da *Farsa dos Almocreves*, muito semelhante à da anedota. Note-se ainda a expressão lida há pouco, segundo o texto manuscrito do Rio, aliás comum aos outros manuscritos: «andando este cerieiro enfadado contou esta farça a fernam Cardoso». Talvez não seja mera coincidência este emprego de «farça».

É claro que o Marquês, que na hierarquia da nobreza ocupava um dos postos mais altos, logo a seguir ao Duque de Bragança e ao Mestre de Santiago, como se vê nas «Orações dos Grandes de Portugal», compostas por Gil Vicente, o Marquês nunca admitiria que as graças do cómico a respeito do fidalgo pobre e pretensioso eram consigo. Por outro lado, não é natural que o rei tomasse as dores do Marquês, porque as relações de D. João III com a casa de Vila Real foram quase invariavelmente pouco amenas. O Marquês queria ser duque e o título só veio aos seus descendentes com Filipe de Espanha, atento em fazer correligionários, pela satisfação de ambições e de velhas aspirações.



E seu tio D. António de Noronha, apesar de alto funcionário da corte, demorou a ser feito conde de Linhares. Levou tanto tempo que D. Pedro, marquês de Vila Real, protestou.

Mas as dificuldades não lhe faziam perder o bom humor, como prova o caso seguinte:

«Indo hum fidalgo visitalo, e mandandolhe dizer que estaua ali Dom Luiz, Fernandes Tello, de Vasconcellos, e de Menezes; bradou o Marquez; Moços cadeiras para tanta gente» (BNL, p. 288).

Para servir de transição para outro grande da corte, mais uma anedota sobre D. Pedro de Menezes:

«Passando [D. Luiz da Silveira, conde de Sortelha,] pela ribeira de Lisboa, mandou saber para onde hia hum barco q̃ leuaua frades de S. franc.<sup>o</sup>, e disseraõlhe q̃ hia p.<sup>a</sup> o seu most.<sup>o</sup> donde foraõ a caza de D. P.<sup>o</sup> de Menezes Marquez de Villa Real, confessar as molheres da Marqueza; e porq̃ o Marquez ficara m.<sup>to</sup> endiuidado da ida, q̃ fez com a emperatriz D. Izabel a Castella, q̃ em m.<sup>tos</sup> annos se não poderia desempenhar, disse o Conde; se o Marquez ha mister hum barco pera os confessores, quantos hauera mister p.<sup>a</sup> os seus Martires?» (BNL, p. 284).

O manuscrito do Rio de Janeiro identifica o mosteiro a que pertenciam os frades como sendo o de «Enxobregas»; o resto do texto é igual.

D. Luís da Silveira, conde de Sortelha, não viria a ter muito de que se rir, pois também ele faria grandes despesas numa embaixada a Espanha e veria a sua posição na corte tomada por D. António de Ataíde, conde da Castanheira. «Quem vai ao mar, perde o lugar» — como diz o povo... E, às vezes, basta passar a Espanha.

Este D. Luís da Silveira era primo de Aires Teles, segundo uma carta de Cataldo, com quem Aires Teles se correspondia em latim. É a Aires Teles que o conde de Vimioso dedica a famosa trova do *Cancioneiro Geral* que começa:

Estudaes & fogis de my,  
Soes latino?  
Que quedas daa o ensyno  
do latim!

Aqui as «quedas» são, naturalmente, os «casos» ou «declinações».

Pois o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, além de bom versejador, muito citado pela sua trova zombeteira dos que haviam nascido em «syno de latim», era homem de grande senso político, como prova a anedota seguinte:

«Chegando Vasco da Gama do descobrim.<sup>to</sup> da India, perguntoulhe o Conde, que mercadorias hauia la para trazerem, e que cousas queriam de ca atroco dellas; e dizendolhe Vasco da Gama, que o ã se trazia dela, era pimenta, canella, gengibre, ambar, e almiscar, eo ã queriam de nos era ouro, prata, ueludo, escarlatas; Disselhe o conde; dessa man.<sup>ra</sup> elles saõ, os que nos descobriram a nos» (BNL, p. 94).

Infelizmente, direi eu, só tarde demais se chegou a essa conclusão. D. Francisco de Portugal, conde de Vimioso, foi posteriormente vedor da fazenda de D. João III.

De Aires Teles disse D. Francisco de Portugal: «trareis todo decorado o Metamorphoseos». E de facto, Ovídio era dos poetas mais lidos já no começo do século, pois o dito do conde de Vimioso vem no *Cancioneiro Geral* que é de 1516. Entre os prosadores, naturalmente, Cícero, e um autor que se coadunava com a curiosidade perante a Natureza, inerente à aventura marítima dos portugueses. Refiro-me a Plínio-o-Velho (11) que Martinho Figueiredo comentou na Universidade de Lisboa, durante anos, depois de o ter ouvido em Florença a Ângelo Policiano, falecido em 1494. Das lições de Martinho Figueiredo resultou, como todos sabem, o *Commentum in Plinii Historiae Naturalis Prologum*, publicado em Lisboa, em 1529.

Eis uma prova da popularidade de Plínio-o-Antigo:

«Dizem ã este cappitaõ» — refere-se a D. Duarte de Meneses, filho do conde-prior — «foi o ã em Tangere teue hum sobrinho ã se deu alição de Plinio, e a muitos propositos, ã se altercauaõ a meza, alegaua com elle, e hum dia saindo o cappitaõ fora da cidade, euendo por m.<sup>tas</sup> partes a rebentar mouros disse ao sobrinho ã dissera agora aqui Plinio, mas quem tinha o animo

---

(11) Sobre a sua popularidade no século XVI, ver «Ropicapnefma: um bibliónimo mal enxertado», separata de *Humanitas*, XXVII-XXVIII, Coimbra, 1975-76, pp. 206-207.

taõ quieto q̃ no meyo dos trabalhos e do pirigo q̃ uia, se lembrava de Plinio, tambem o teue p.<sup>a</sup> se liurar delle com honrra evitoria» (ACL, p. 180).

Dei o texto pelo manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa, O da Biblioteca Nacional, também de Lisboa, coloca um ponto de interrogação na segunda ocorrência de «Plínio» e omite a expressão «a muitos propósitos». O conde prior era D. João de Meneses, conde de Tarouca e, depois de enviuar, prior do Crato.

Cataldo considerava-o um herói de epopeia, como pode ver-se na carta que escreveu a seu filho, D. Henrique de Meneses, e se encontra em *Ep. II, A vj vº*. Reimprimi-a no *Martinho, Verdadeiro Salomão*, p. 44.

Quando ainda novo, comandou uma armada de socorro aos venezianos, em 1501, onde lhe sucedeu o seguinte:

«Mandando elRej D. Manoel huma grossa armada em socorro dos Venezeanos contra o Turco, deu a capitania mor della a D. Joaõ de Menezes, Conde de Tarouca, aquem depois deu o priorado do Crato, e chegando la, como os Venezeanos se prezaõ, de naõ fazerẽ capitães mores, senaõ homens m.<sup>to</sup> velhos, o q̃ o Conde não era, disseraõlhe, q̃ era fermosa armada aquella se tiuera hum capitaõ velho; e o Conde respondeo; os Portuguezes naõ chegaõ a mais velhos» (BNL, p. 195).

Sim, os portugueses daquele tempo não chegavam a mais velhos:

«D. Antonio de Noronha conde de Linhares escriuaõ da puridade, estando num conselho, q̃ elRej teue sobre, q̃ castigo daria aos culpados na matança q̃ se fez nos Xpaõs novos de Lx.<sup>a</sup> ouuindo dizer a hum fidalgo do cons.<sup>o</sup> q̃ mandasse S.A. cortar tantos pez, e maõs de homens, e tantas tetas de molheres, q̃ enchessem todas as gigas das pescadeiras da Ribeira, disselhe o Conde; Bem parece q̃ nunca pelejastes, se uos tiueris no corpo tantas feridas como eu, uos poupareis mais os homens; e se fora possiuel q̃ se acrescentaraõ outras tantas tetas as molheres, para os criarem, pois são taõ necess.<sup>os</sup>, isso aconselharieis» (BNL, pp. 206-7).

Passou-se isto em 1506 ou 1507.

E agora um episódio menos lúgubre, embora sangrento. O protagonista é um funcionário real de quem Cataldo se queixa repetidas

vezes (12), por não querer pagar-lhe. Suspeito que é o mesmo que dele ouvia Plauto e Ovídio. E, pelas alusões de Cataldo, era provavelmente cristão novo. Só lerei o princípio do episódio referente ao «aposentador da corte», Álvaro Rodrigues:

«D. Henrique Henriquez Aposentador mor delRej estando no paço diante d'elle, chegou Alvaro Rodriguez apozentador da corte, com os focinhos ensangontados, e queixouse aS.A. de hum fidalgo, chamado Jorge de Mello, q̃ depois foi mestre salla, q̃ sobre diffireças de hũas cazas, lhe fizera aquillo...» (BNL, p. 187)

Deixo o resto da história. «Focinhos» era então palavra corrente e menos depreciativa do que hoje. Também a face atraente das damas se chamava «carão».

Talvez Cataldo, afinal, não exagerasse nas queixas que fazia daquele que neste episódio da vida da corte aparece «com os focinhos ensanguentados», por questões relacionadas com a sua actividade profissional. Ossos do offício!

Referi atrás um episódio, talvez passado com Gil Vicente, que parece revelar a insensibilidade do rei D. Manuel.

Vou contar agora outro, relativo àquele D. João de Meneses, que comandou a armada de socorro aos venezianos, de que há pouco tratei:

«Donna M.<sup>a</sup> de Menezes molher de D. Joaõ de Castro conde de Mons.<sup>to</sup> foi dotada de m.<sup>to</sup> gentil saber, e prudencia, dado q̃ por pequena de corpo lhe chamauão (ACL: *chamassem*) a condecinhá; e hum dia no paço, creio q̃ uisitãdo a R.<sup>a</sup> por naquelle tempo Dom Joaõ de Menezes mordomo mor delRej, oqual fidalgo foi depois conde de Tarouca, e prior do Crato, andar desgostoso delRej, por q̃ o naõ queria despachar, pedindolhe elle m.<sup>oe</sup> por serviços assinados (ACL *assinalados*) q̃ lhe tinha feito em Africa, sendo capitãdo de Tangere, disse elRej a condeça de Monsanto, porq̃ era irmãã de D. Joaõ de Menezes, q̃ seu irmaõ naõ se queria despachar, que deuia olhar, q̃ se entre os Reis, e fidalgos se criava Mayo (ACL *Mato*), q̃ era depois mui mao de arrancar, e a condeça respondeolhe; S.<sup>or</sup> quando entre os Reis, eos taes homens como meu Irmaõ, se cria Mayo (ACL *Mato*), naõ daõ esses Reis rozas» (BNL, pp. 203-4).

---

(12) *Cataldi epistole et orationes quedam*, fol. b.

Vou terminar por onde comecei, com D. Jorge, filho do Príncipe Perfeito, aquele a quem o seu mestre Cataldo chama nas cartas «magister et dux».

Aqui veremos um rei muito diferente de D. Manuel, seu primo e cunhado D. João II, servido por súbditos que tinham orgulho do homem a quem serviam:

«Depois da enfelece e arrebatada morte do Príncipe Dom A.<sup>o</sup>, antes q̃ se ElRey determinaçe em deixar por seu sucessor herdeiro do Reyno ao Duque Dom Manoel seu primo, dezejou deixalo a Dom Jorge seu filho, mas entendendo q̃ ficaria mal seguro se elle naõ ouvesse pr.<sup>o</sup> hũas m.<sup>to</sup> grandes escoras, como seria se pudesse acabar com os Reis de castella q̃ lhe dessem por mulher a filha mais moça de quatro que tinhaõ, fes hũa carta de sua maõ de crensa, einstruhindo em segredo a lourenço da cunha seu trinchante do q̃ queria mandouo lá, chegando elle, eachando a ElRey Dom fernando doente, e sabendo que aRaynha Dona Izabel expedia todos los negoçios deulhe a carta, edepois disselhe q̃ ElRey Dom Joaõ queria deixar oReino a seu f.<sup>o</sup> Dom Jorge, q̃ pedia a S.A. q̃ lhe desse por mulher p.<sup>a</sup> elle aInfanta Dona catherina sua filha mais moça, e aRainha respondeulhe logo q̃ aInfanta Dona Catherina, naõ, mas q̃ ElRey seu sñor tinha hũa filha bastarda q̃ lhe daria, e Lourenço da cunha respondeulhe Sñra, ElRey meu S.<sup>or</sup> não pertende tanto emparentarse com ElRey Dom Fernando, como com V.A., por isso se V.A. tem outra filha bastarda elle atomará p.<sup>a</sup> seu filho; tornandose Lourenço da cunha p.<sup>a</sup> Portugal sem outra concluzão nem repostas, sabendo ElRey delle oq̃ com a Rainha paçara feslhe M.<sup>e</sup> de hũa Comenda de Beja, Serpa eMoira, q̃ oMestre de São Tiago depois fes em tres, q̃ rendia perto de quatro contos de rs.» (ACL, pp. 159-160).

E com esta história dos projectos domésticos, que aliás se viu forçado pelas circunstâncias a abandonar, do rei que foi «segundo em nome e a ninguém segundo», como dele disse Falcão de Resende, termino a pequena colecção de ditos e sentenças do final do século xv e do século xvi que tiveram a paciência de ouvir.

Muito obrigado.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO